



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO PRESENCIAL

Autos nº 0000669-29.2018.8.24.0600

Ação: Correição Ordinária / Correição geral ordinária

Requerente: Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina

Requerido: Juízo da Vara da Família e Órfãos do Forum do Norte da Ilha da comarca da Capital

ATIVIDADE CORREICIONAL

INFORMAÇÕES PRELIMINARES

Número da portaria: 20/2018

Período da correição: 4 e 5 de julho de 2018

EQUIPE CORREICIONAL

Juíza Corregedora: Sônia Eunice Odwazny

Assessora Técnica Correicional: Perla Maria Fusinatto Schappo

Analista Jurídica: Cristiane Bernadete de Souza

Analista Jurídico: Renato Vizentin



INTRODUÇÃO

Este relatório tem por objetivo apresentar um diagnóstico sobre o funcionamento da Unidade Jurisdicional após a coleta de dados realizada durante o período da correição.

Dessa forma, busca-se auxiliar e orientar a unidade, a fim de verificar se está cumprindo o padrão mínimo de funcionamento exigido pelo Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça.

Cumprindo as disposições contidas na Circular CGJ/SC n. 107/2018 e na portaria que consta dos autos digitais do processo CGJ epigrafado, realizou-se a correição virtual a seguir relatada.

Com a finalidade de captar os dados referentes aos serviços forenses judiciais, no que tange aos registros e tramitação processual, foram utilizados relatórios próprios, extraídos do Programa Inspeção Virtual, do Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau - SAJ, SAJ Estatística, dos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida.

A verificação da observância do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e de outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça deu-se por meio da emissão dos relatórios mencionados anteriormente.



DADOS DA UNIDADE

Comarca: Capital - Norte da Ilha

Unidade: Vara de Família e Órfãos do Norte da Ilha - 100% Digital

Municípios integrantes: Florianópolis

Juiz titular: Cyd Carlos da Silveira

Chefe de cartório: Liara Mirna Souza Nunes da Silva

Última correição por equipe da CGJ/SC: de 7-10-2013 a 10-12-2013 - presencial - Autos n. 0012630-40.2013.8.24.0600

Competência: Resolução TJ n. 2/2013: "(...) Art. 1º Fica denominada Vara da Família e Órfãos do Norte da Ilha, da comarca da Capital, a quinta e última das varas criadas pelo inciso I do art. 3º da Lei Complementar estadual n. 426, de 16 de dezembro de 2008. (Redação dada pelo art. 5º da Resolução TJ n. 18 de 4 de outubro de 2017). Art. 2º Nas ações originárias do território dos distritos de Ratones, Santo Antônio de Lisboa, Canasvieiras, Cachoeira do Bom Jesus, Ingleses do Rio Vermelho e São João do Rio Vermelho, e dos bairros Monte Verde e Saco Grande, pertencentes ao distrito-sede do município de Florianópolis, o Juiz de Direito da Vara da Família e Órfãos do Norte da Ilha, da comarca da Capital, terá competência para: (Redação dada pelo art. 5º da Resolução TJ n. 18 de 4 de outubro de 2017) I - processar e julgar: a) atos de interdição, tutela e contas de tutores e curadores; b) ações ou medidas promovidas pela parte ou pelo Ministério Público concernentes às fundações, nos termos da lei; e c) matérias tratadas no art. 96 da Lei Estadual n. 5.624, de 9 de novembro de 1979, inclusive as ações a elas relacionadas aforadas pelo Escritório de Atendimento Jurídico - Esaje, do Complexo de Ensino Superior de Santa Catarina - Cesusc; d) investigações de paternidade de que trata a Lei n. 8.560, de 29 de dezembro de 1992; (Acrescentada pelo art. 5º da Resolução TJ n. 32 de 15 de dezembro de 2017) II - dar tutor ou curador a órfãos ou interditos, tomar-lhes as contas nos prazos legais e remover o que mal desempenhar as suas obrigações, sempre que convenha aos interesses do pupilo ou curatelado; III - suprir consentimento de pais, ou tutor, para o casamento; IV - conceder ou homologar emancipação, nos termos da lei; V - resolver sobre a entrega de bens de órfãos emancipados pelo casamento; VI - determinar a inscrição de hipoteca legal dos menores e interditos, na forma da lei; VII - determinar hasta pública, para alienação de bens de menores sob sua jurisdição; VIII - autorizar a sub-rogação de bens inalienáveis ou de órfãos, ausentes ou interditos, ou havidos causa mortis; IX - dar posse em nome do nascituro; X - declarar a extinção de fideicomisso ou usufruto, que interesse a menores ou incapazes; e XI - praticar os demais atos facultados em lei para a proteção a órfãos e administração proveitosa de seus bens. Parágrafo único. Os processos referidos neste artigo, originários do território dos Distritos de Ratones, Santo Antônio de Lisboa, Canasvieiras, Cachoeira do Bom Jesus, Ingleses do Rio Vermelho e São João do Rio Vermelho, e dos bairros Monte Verde e Saco Grande, pertencentes ao Distrito Sede do município de Florianópolis, atualmente em tramitação no Juizado Especial Cível e Criminal de Santo Antônio de Lisboa e na 1ª e 2ª Varas da Família e Órfãos da comarca da Capital, serão redistribuídos ao Juiz de Direito da Vara da Família e Órfãos de Santo Antônio de Lisboa.

Não há resolução que tenha incluído a unidade em Divisão de Tramitação Remota - DTR

Entrância: Especial

Observações: O juiz assumiu a unidade em 24-4-2013.



1 INFORMAÇÕES DO CARTÓRIO

1.1 ESTATÍSTICA PROCESSUAL-Processos físicos+eletrônicos

	Indicador	Primeira Verificação
1.1.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento	3.390
1.1.2	Processos em andamento	3.119
1.1.3	Procedimentos em andamento	271

Observações

- a) Primeira verificação:
a.1) informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara) mês de referência: Junho de 2018 (fl. 16)

1.2 ESTATÍSTICA PROCESSUAL-Processos eletrônicos

	Indicador	Primeira Verificação
1.2.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento	3.389
1.2.2	Processos em andamento	3.119
1.2.3	Procedimentos em andamento	270

Observações

- a) Primeira verificação: Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara): Mês de referência: Junho de 2018.

1.3 ESTATÍSTICA PROCESSUAL-Gabinete

Processos conclusos

	Indicador	Primeira Verificação
1.3.1	Quantidade total de processos com o juiz	719
1.3.1.1	Quantidade total de processos físicos com o juiz	-
1.3.1.2	Quantidade total de processos eletrônicos com o juiz	719

Observações

- a) Primeira verificação: mês de referência Junho de 2018.

Audiências

	Indicador	Primeira verificação
1.3.2	Audiências com situação 'pendente' há mais de 30 dias	7

Observações

- a) Padrão de conformidade (item 1.3.2): o relatório não deve trazer registro.
b) Primeira verificação em 28/06/2018 (fl. 17).



Indicador	Primeira Verificação
1.3.3 Quantidade de audiências designadas	307

Observações

a) Primeira verificação: data da audiência mais longínqua: 04/03/2019. (fls. 18-24).

1.4 ESTATÍSTICA PROCESSUAL-Processos distribuídos

Indicador	Total	Média Mensal
1.4.1 Janeiro a dezembro de 2016	2.654	221,17
1.4.2 Janeiro a dezembro de 2017	1.869	155,75
1.4.3 Janeiro a maio de 2018	1.227	245,40

Observações

a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Totalizador de Distribuições), referente ao corrente ano e aos dois últimos anos anteriores ao da realização da correição.

1.5 FILAS DE TRABALHO-Processos eletrônicos

Indicador	Primeira Verificação
1.5.1 Processos nas filas de trabalho há mais de 100 dias Cível - Genérico - Processo	406
1.5.1.1 Ag. Encerramento do Ato Família - Processo	1
1.5.1.2 Cartório - Ag. Audiência	5
1.5.1.3 Cartório - Ag. Prazo	17
1.5.1.4 Cartório - Ag. Prisão	21
1.5.1.5 Cartório - Análise do Trânsito em Julgado	119
1.5.1.6 Cartório - Cumprir Audiência	1
1.5.1.7 Cartório - Escrivão	31
1.5.1.8 Cartório - Processos Recebidos do 2º Grau	11
1.5.1.9 Cartório - Recebido Distribuição	3
1.5.1.10 Gabinete - BacenJud - Concluso/Decisão	3
1.5.1.11 Gabinete - Concluso - Decisão	32
1.5.1.12 Gabinete - Concluso - Decisão Saneamento/Organ/Aud	51
1.5.1.13 Gabinete - Concluso - Despacho	19
1.5.1.14 Gabinete - Concluso - Recurso	3
1.5.1.15 Gabinete - Concluso - Sentença	40
1.5.1.16 Gabinete - Concluso - Urgente	4
1.5.1.17 Lista Pública	41
1.5.1.18 Mandados Transferidos	1
1.5.1.19 Sistema - Reativados	2
Juizado Especial Cível - Processo	
1.5.1.20 Cartório - Recebido do Juiz - Despacho	1

Observações

a) Algumas filas do fluxo de trabalho foram analisadas, constatando-se o que segue:
a.1) Verificação 1 realizada em: 28/6/2018.



b.3) CUMPRIR URGENTE:

Verificação 1: existem 7 processos na fila. O mais antigo data de 6-6-2018.

c) FILA PETIÇÃO INTERMEDIÁRIA

c.1) AG. ANÁLISE - JUNTADA AUTOMÁTICA:

Verificação 1: existem 364 petições pendentes de análise e andamento, sendo a data mais antiga 28-11-2016.

c.2) AG. ANÁLISE - PETIÇÕES DIVERSAS:

Verificação 1: existem 36 petições pendentes de juntada e andamento, sendo a data mais antiga 13-10-2017.

1.6 PROCESSOS AGUARDANDO IMPULSO

MOVIMENTAÇÃO/SENTENÇA

	Indicador	Primeira Verificação
1.6.1	Processos sem movimento há mais de 180 dias	122
1.6.1.1	Percentual de processos sem movimentação há mais de 180 dias em relação ao total de processos em andamento na unidade	3,60%

Observações

- a) Padrão de conformidade: o relatório não deve trazer registro.
- b) Informações obtidas mediante consulta ao Programa Inspeção Virtual.
- c) Primeira verificação: dados obtidos em 28/06/2018 (fls. 25-31).

1.6.2	Processos sem movimento há mais de 365 dias por ano da última movimentação (Data da movimentação mais antiga: 06/05/2013)	
-------	---	--

Processos físicos e eletrônicos em gabinete

		Primeira Verificação
1.6.2.1	Ano da última movimentação	
1.6.2.1.1	2014	1
1.6.2.1.2	Total	1

Observações

- a) Padrão de conformidade: o relatório não deve trazer registro.
- b) Informações obtidas mediante consulta ao Programa Inspeção Virtual.
- c) Primeira verificação: dados obtidos em 28/06/2018 (fl. 32).

Processos físicos e eletrônicos em cartório

		Primeira Verificação
1.6.2.2	Ano da última movimentação	
1.6.2.2.1	2013	5
1.6.2.2.2	2014	3



1.6.2.2.3	2016	2
1.6.2.2.4	2017	12
1.6.2.2.5	Total	22

Observações

- Padrão de conformidade: o relatório não deve trazer registro.
- Informações obtidas mediante consulta ao Programa Inspeção Virtual.
- Primeira verificação: dados obtidos em 28/06/2018 (fls. 33-36).

	Indicador	Primeira Verificação
1.6.3	Processos de perda e/ou suspensão do poder familiar com tramitação há mais de 120 dias - art. 163, ECA	104
1.6.4	Processos com a classe 'Habilitação para adoção' em andamento e distribuídos há mais de 365 dias	0
1.6.5	Processos ativos sem vinculação de assunto (tabelas processuais unificadas)	11
1.6.6	Meta 2 – Julgar processos mais antigos - Identificar e julgar, até 31/12/2017: no 1º grau, pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31/12/2013 e nos Juizados Especiais e nas Turmas Recursais, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014	62
1.6.7	Meta 4 – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa: Identificar e julgar, até 31/12/2017, 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31/12/2014, em especial corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão	-
1.6.8	Meta 6 – Priorizar o julgamento das ações coletivas – Julgar, até 31/12/2017, 60% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014 no 1º grau	4

Observações

- Itens 1.6.4 e 1.6.7: não se aplicam em face da competência da unidade.
 - Item 1.6.3: Foram localizados 104 registros de processos com a classe "Guarda", que devem ser revisados pelo cartório, nos termos da Circular n. 147/CGJ e da Cartilha de Orientação para extração e ajustes dos relatórios correicionais.
 - Padrão de conformidade (itens 1.6.3, 1.6.4, 1.6.5): o relatório não deve trazer registro.
 - Primeira verificação em 28/06/2018. (fls. 37-43)
 - Item 1.6.3 - data da distribuição mais antiga: 05/12/2014
 - Itens 1.6.6 e 1.6.8: dados do mês de dezembro de 2017, extraídos do site desta Corregedoria (<http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm>). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ.

PENDÊNCIAS



1.6.9	Pendências em aberto (período : 01/01/1900 a 31/05/2018)	Primeira verificação
	Peticionamento eletrônico (registro mais antigo: 02/08/2016)	377
	Petição Intermediária (registro mais antigo: 28/11/2016)	584
	Mandados (registro mais antigo: 28/06/2018)	0
	AR (registro mais antigo: 28/06/2018)	0

Observações

- a) Padrão de conformidade: o relatório deve trazer os registros efetivamente pendentes.
b) Primeira verificação em 28/06/2018. (fls. 44-58)
b.1) Ressalta-se que do total de 584 pendências de petições intermediárias, 425 referem-se efetivamente a petições pendentes de juntada. As demais pendências referem-se a cadastro de advogado e análise de juntada automática, que são geradas automaticamente pelo sistema.

AJUSTE DE MOVIMENTAÇÃO

	Indicador	Primeira verificação
1.6.10	Processos ativos com localização física 'arquivo administrativo', 'arquivo central' ou 'sala de arquivo'	0
1.6.11	Processos ativos com localização física 'Superior Tribunal de Justiça', 'Tribunal de Justiça', 'Tribunal de Justiça - Cerc', 'Tribunal Regional Federal' ou 'Turma de	0
1.6.12	Processos ativos com localização física 'cartório - processo suspenso', 'cartório - suspenso (art. 366 CPP)' ou 'cartório - suspenso (art. 89 Lei 9.099/1995)'	0
1.6.13	Processos ativos com localização física 'devolvido à origem', 'entregue à parte' ou 'remetido'	0
1.6.14	Processos principais ativos com execução de sentença iniciada	34

Observações

- a) Itens 1.6.10 a 1.6.13: não se aplicam em razão de a unidade ser 100% digital.
b) Padrão de conformidade: o relatório não deve trazer registros.
c) Primeira verificação em 28/06/2018. (fl. 59)

MANDADOS

	Indicador	Primeira verificação
1.6.15	Mandados em carga com oficial de justiça há mais de 30 dias	5

Observações

- a) Padrão de conformidade: o relatório não deve trazer registros.
b) Primeira verificação em 28/06/2018. (fl. 60)
b.1) Mandado mais antigo: 14/02/2018.

PROCESSOS ELETRÔNICOS EM OUTROS SETORES



Indicador	Valor	
	Total	+100d
1.6.16 Outros setores		
1.6.16.1 Cartório - Ministério Público	188	33
1.6.16.2 Cartório - Serviço Social	47	5
1.6.16.3 Cartório - Setor de Psicologia	19	1
1.6.16.4 Contadoria - Cálculos e Atualizações	0	0
1.6.16.5 Contadoria - Intermediárias	0	0
1.6.16.6 Petição Inicial - Ag. Digitalização	0	0

Observações

a) Primeira verificação em Junho de 2018 (fl. 61).

PROCESSOS FÍSICOS EM CARGA

1.6.17 Quantidade total de processos em carga

Indicador	Valor	
	Total	+100d
Local		
		0

Cargas externas - Terceiros sem acesso ao SAJ

Observações

- a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara)
- b) Primeira Verificação: mês de referência Junho de 2018 (fl.).
- c) Unidade 100% digital.

1.6.18 Processos com mesmo local físico há mais de 30 dias

Indicador	Valor	
	Total	+30d
Atendimento		
1.6.18.1 Cartório - Recebido do Advogado	0	0
1.6.18.2 Cartório - Recebido do Contador	0	0
1.6.18.3 Cartório - Recebido do Juiz	0	0
1.6.18.4 Cartório - Recebido do Promotor	0	0
Remessa/recebimento/relação/certificação		
1.6.18.5 Cartório - Ag. confecção de relação	0	0
1.6.18.6 Cartório - Aguardando	0	0
1.6.18.7 Cartório - Aguardando AR	0	0
1.6.18.8 Cartório - Aguardando carta precatória	0	0
1.6.18.9 Cartório - Aguardando mandado	0	0
1.6.18.10 Cartório - Aguardando	0	0



publicação relação		
1.6.18.11	Cartório - Arquivar	0 0
1.6.18.12	Cartório - Escaninho Delegacia	0 0
1.6.18.13	Cartório - Escaninho do Advogado	0 0
1.6.18.14	Cartório - Escaninho do Juiz	0 0
1.6.18.15	Cartório - Escaninho do Promotor	0 0
1.6.18.16	Cartório - Escaninho Juiz (assinaturas)	0 0
1.6.18.17	Cartório - Mesa do Escrivão	0 0
1.6.18.18	Cartório - Mesa do Escrivão(assinaturas)	0 0
1.6.18.19	Cartório - Mesa 01 a 10	0 0
1.6.18.20	Cartório - Prazo 1 a 31 Expedição/cumprimento	0 0
1.6.18.21	Cartório - Cumprir despacho	0 0
1.6.18.22	Cartório - Cumprir despacho urgente	0 0
1.6.18.23	Cartório - Expedir alvará	0 0
1.6.18.24	Cartório - Expedir correspondência	0 0
1.6.18.25	Cartório - Expedir edital	0 0
1.6.18.26	Cartório - Expedir formal	0 0
1.6.18.27	Cartório - Expedir mandado	0 0
1.6.18.28	Cartório - Expedir precatória	0 0
1.6.18.29	Cartório - Aguardando Juntada Organização/juntada	0 0
1.6.18.30	Cartório - Aguardando petição	0 0
1.6.18.31	Cartório - Aguardando resposta de ofício	0 0

Observações

- a) Primeira verificação em 28/06/2018 (fl.).
- b) Unidade 100% digital.

1.7 REGISTROS CRIMINAIS

Indicador

Primeira
verificação



1.7.1	Acompanhamento de infrações penais - apresentação em aberto há mais de 30 dias	0
1.7.2	Acompanhamento de infrações penais - prestação em aberto há mais de 30 dias	0
1.7.3	Acompanhamento de infrações penais - prestação pecuniária em aberto há mais de 30 dias	0
1.7.4	Acompanhamento de infrações penais - multa penal em aberto há mais de 30 dias	0
1.7.5	Acompanhamento de infrações penais - medida de segurança em aberto há mais de 30 dias	0
1.7.6	Mandados de prisão em aberto com erros	27

Observações

- a) Itens 1.7.1 a 1.7.5: não se aplicam em face da competência da unidade.
a.1) Item 1.7.6: o relatório não deve trazer registro.
b) Primeira verificação em 28/06/2018. (fls. 62-63)

1.7.8	Réu Preso Provisório	0
	Réu Preso Definitivo	6
	Total	6

Observações

- a) Padrão de conformidade: O relatório deve conter os acusados presos em razão de prisões processuais e os apenados em regime aberto. Somente conterá os apenados com condenação definitiva (transitada em julgado) que estejam cumprindo pena em estabelecimentos penais da comarca. A quantidade de presos das unidades prisionais locais deve coincidir com o número informado no Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais.
b) Primeira verificação em 28/06/2018. (fl. 64)

1.7.9	[REDACTED]	
-------	------------	--

1.7.10	[REDACTED]	
--------	------------	--

1.7.11	[REDACTED]	
--------	------------	--



Observações

Itens 1.7.9 a 1.7.11: Não se aplicam em face da competência da unidade.

1.8 SISTEMAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Indicador	Primeira verificação
1.8.1 Sistema Nacional de Bens Apreendidos – SNBA	-

Observações

não se aplica em face da competência da unidade.

Indicador	Primeira verificação
1.8.2 Sistema Nacional de Controle de Interceptações – SNCI	-

Observações

não se aplica em face da competência da unidade.

Indicador	Primeira verificação
1.8.3 Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais – CNIEP	-

Observações

não se aplica em face da competência da unidade.

Indicador	Primeira verificação
1.8.4 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI	-

Observações

não se aplica em face da competência da unidade.

1.9 CADASTRO ÚNICO INFORMATIZADO DE ADOÇÃO E ABRIGO - CUIDA

Indicador	Primeira verificação
1.9.1 Cadastro único informatizado de adoção e abrigo - abrigos (relatório de visita às entidades de acolhimento)	-



PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
de Santa Catarina

Observações

Não se aplica em face da competência da unidade.



CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Os trabalhos da correição iniciaram-se na data mencionada nas informações preliminares, de forma remota, pela Corregedoria-Geral da Justiça.

Na primeira verificação foram consultados e emitidos diversos relatórios por meio do programa de Inspeção Virtual, Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau - SAJ, SAJ Estatística, Sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida, os quais foram enviados à unidade por correio eletrônico, juntamente com as instruções para a realização dos ajustes.

Foi concedido prazo a partir do recebimento dos relatórios e das instruções, para que a unidade efetuasse as correções dos registros apontados, período em que a Corregedoria-Geral da Justiça permaneceu à disposição para dirimir dúvidas.

Decorrido o prazo inicial para a regularização dos registros, procedeu-se à segunda verificação, com os mesmos parâmetros da primeira, cujos dados permitiram a finalização do presente relatório.

Outrossim, deverá o relatório, sem os anexos, ser arquivado na pasta/livro de visitas e correições da unidade.

À consideração de Vossa Excelência.

Florianópolis, 29 de junho de 2018.

Perla Maria Fusinato Schappo
Assessora Técnica Correicional - Mat. 9.914

Cristiane Bernadete de Souza
Analista Jurídica - Mat. 14.829